

Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências, 1908-1945 *Migrations between Portugal and Brazil: Reciprocity of Preferences 1908-1945*

Maria Beatriz Rocha-Trindade* e Neide Almeida Fiori**

Resumo

Fruto de um percurso histórico partilhado por Portugal e pelo Brasil estes dois países tiveram uma ligação continuada, decorrendo implicações de natureza política, económica e social. Neste âmbito destaca-se a mobilidade populacional e, muito em particular, as migrações que tiveram lugar ao longo do século XIX e XX. Torna-se importante realçar o papel do Brasil, geograficamente inserido no "novo mundo", enquanto receptor de imigrantes, de que necessitava para o seu desenvolvimento; e o de Portugal, que como muitos dos países europeus tinha necessidade de ultrapassar a crise económica e que por essa razão teve que procurar soluções. A reciprocidade de preferências - o Brasil que privilegiou receber imigrantes portugueses e Portugal cujos emigrantes o preferiam como espaço de destino - é manifesta pela legislação que condiciona os seus movimentos e pelos números que traduzem o volume de partidas e de chegadas, dada a sua importância em valor relativo.

Palavras-chave

Brasil, Portugal, emigração, imigração, políticas, preferências

Abstract

As Portugal and Brazil shared an historical path for several centuries, both countries kept a continuous connection, with political, economical and social implications. Within this scope, we refer to the mobility of the population and, particularly, the migrations throughout the 19th and 20th centuries. It is important to mention the role of Brazil, geographically located in the "new world", as a receptor of immigrants, crucial for its development; and the role of Portugal that, as many other European countries, needed to overcome the economic crisis and had therefore to search for solutions. The reciprocity of preferences from these two countries - Brazil that favoured the reception of the Portuguese immigrants and Portugal whose emigrants preferred it as a place of destination - can be demonstrated by the legislation conditioning their move-

* Investigadora da Universidade Aberta - Uab - CEMRI
Researcher at the Open University, - Uab - CEMRI (rochatrindade@hotmail.com)

** Investigadora da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL CNPq
Researcher at the University of Southern Santa Catarina - UNISUL CNPQ
(neideafiori@hotmail.com)

ments and by the importance in relative terms of the volume of departures and arrivals.

Keywords Brasil, Portugal, emigration, immigration, policies, preferences

Resumen Como consecuencia de una trayectoria histórica común a lo largo de vários siglos, Portugal y Brasil siempre tuvieron una conexión de la que se derivan consecuencias de naturaleza política, económica y social. En dicho ámbito se destaca la movilidad poblacional y en particular, las migraciones que tuvieron lugar a lo largo del siglo XIX y XX. Es importante resaltar el papel de Brasil, geográficamente en el nuevo mundo, como receptor de inmigrantes, que necesitaba para su desarrollo; y el de Portugal, que como muchos países europeos tenía que superar la crisis económica, y que por esa razón tuvo que buscar soluciones. La reciprocidad de preferencias por parte de ambos países- Brasil que privilegió la recepción de los inmigrantes portugueses y Portugal, cuyos emigrantes lo preferían como destino – se manifiesta por un lado en la legislación que condiciona los movimientos, y por otro, en los números en los que se traduce el volumen de partidas como de llegadas, dada la importancia de su valor relativo.

Palabras claves Brasil, Portugal, emigración, inmigración, políticas, preferencias

■ Migrações entre Portugal e Brasil: Reciprocidade de Preferências, 1908-1945

Maria Beatriz Rocha-Trindade e Neide Almeida Fiori

Introdução

No quadro da mobilidade geográfica que caracteriza os portugueses ao longo dos tempos, qualquer que tenha sido a forma assumida pelos movimentos realizados por aqueles que saíram do país e a natureza das motivações que lhe estiveram subjacentes (expansão, colonização, povoamento, emigração, refúgio) na escolha de cada espaço procurado, o Brasil assume um lugar de especial importância.

Primeiro como um novo território encontrado; depois, como destino de colonização cujo povoamento era necessário assegurar; como parte integrante de um reino que se estendia por vários continentes e onde se localizou estrategicamente a sua capital em dado período histórico; ainda, destino de significativos e diversificados fluxos migratórios que a partir da Independência o procuraram.

Perante o leque das escolhas que ao longo do século XIX e do século XX então se apresentaram aos potenciais emigrantes portugueses no âmbito do tão vasto continente americano, destaca-se a escolha do Brasil como destino preferencial, o que tem por base uma língua comum, facilitadora do processo de comunicação e a ilusória convicção de que formas de viver imaginadas como semelhantes às suas poderiam vir a facilitar a primeira inserção proporcionando, em data posterior, uma progressiva e harmoniosa integração na nova sociedade.

No período compreendido entre 1855 e 1865, 87% dos emigrantes encaminhavam os seus destinos para o Brasil. No período subsequente, de 1911 a 1913, 92,5% da emigração continental continua a dirigir-se para esse país e os diagramas circulares desenhados anualmente pela então Direcção Geral de Estatística permitem visualizar de forma destacada a sua posição predominante.

Tal orientação geográfica continuaria a manter-se por um muito prolongado período de tempo, uma vez que entre 1880 e 1960, esse mesmo fluxo constituiria 76% do total de emigrantes saídos de Portugal.

Torna-se necessário não esquecer que esta situação não se poderia ter concretizado se a política imigratória do Brasil não tivesse para tal criado condições.

Na generalidade, o encaminhamento dos fluxos migratórios é inseparável da conjuntura demográfica, económica e cultural dos espaços políticos em que têm lugar e, sobretudo, porque sobre eles pesam as decisões tomadas pelo governo de cada um deles. É assim obrigatório atender à política migratória vigente à época, de claro incentivo e aceitação em relação à imigração portuguesa, seguida pelo Brasil e à correspondente orientação repressiva de Portugal, que contrariava a vontade dos que

queriam emigrar, traduzindo claramente o desajuste de interesses de cada um dos dois países envolvidos.

O aceso debate, que teve lugar em Portugal relativamente ao destino dos que saíam do território e do qual dão conta numerosos textos escritos por intelectuais e por políticos, colocava em alternativa a escolha de uma das colónias de África, nomeadamente Angola, em paralelo com o Brasil, opondo os que invocavam as vantagens de um dos espaços aos que privilegiavam as do outro.

A conservação da população em terra-pátria, sujeita esta a uma redistribuição do povoamento interno, foi uma nova proposta que visava conseguir ultrapassar o desequilíbrio da distribuição demográfica entre o Norte e o Sul do país, em que a estrutura fundiária e a distribuição populacional eram marcadamente diferentes. Constituiu-se assim uma outra opção, que poderia vir a ser tomada por aqueles que se preocupavam com o futuro de Portugal e com a população que saía para o estrangeiro.

«Esta tríplice interrogação» consta do livro de Fernando Emygdio da Silva (1917: X), «Deve conservar-se o *statu-quo* em matéria da emigração portuguesa, predominantemente no seu destino brasileiro? Deve antes neutralizar-se o êxodo pela fixação mais produtiva da população na metrópole, independentemente ou dependentemente da sua melhor distribuição? Ou devem desviar-se do continente americano para a nossa África, particularmente para o planalto de Benguela, no todo ou em parte, os nossos contingentes emigratórios? Isto pelo que respeita às soluções dominantes a balancear ou a preferir.»

Afirmações como a de Oliveira Martins (1954: 240): “Desviar do Brasil para África a corrente de emigração proletária que para além vai, em demanda de trabalho, seria erro económico sem alcance nem vantagem política”, ilustram a realidade da acesa polémica à qual o país fazia face e à dominante preferência pelo destino brasileiro.

Um outro autor, Nuno Simões, que muito se dedicou ao estudo da emigração para o Brasil (1934: 106-107) aponta que “o Estado, na plena consciência das suas obrigações políticas, sociais e humanas, para com os que se expatriam e na inteira compreensão das utilidades que do mal, até agora, necessário de emigração podem advir, se prepare para realizar [...] uma inteligente e prática política. [...] A política da emigração pelo que respeita ao Brasil importa, por nossa parte, disse-o já, uma política de nação e uma política de Estado. Realizá-las não é apenas do nosso interesse é também o nosso dever. Os que emigram para o Brasil são lá os agentes dos nossos interesses económicos, ao mesmo tempo que permanente e infatigavelmente engrandecem o nosso património moral”.

Alterando o Isolamento Histórico

Um olhar retrospectivo permite verificar que, durante o longo período colonial, o Brasil esteve praticamente fechado à visita de estrangeiros. Na política de Estado de tradição portuguesa, os estrangeiros deviam ficar longe de seus domínios colo-

niais: “Navios mantidos ao largo, vindo equipes de tripulantes ao porto apenas para suprir-se de água e de mantimentos; desembarques individuais sempre com registro especial e escolta policial; residência demorada, apenas em casos especialíssimos; estabelecimento definitivo, nem pensar”. (Lemos, 1996: 11).

Esses factos somente começam a mudar quando Napoleão Bonaparte, no ano de 1807, invade Portugal e, para não enfrentar uma luta da qual dificilmente poderia sair vitorioso, o Príncipe português D. João embarca com toda a Corte Real para o Brasil, passando a cidade do Rio de Janeiro a ser a sede do governo português.

Uma das primeiras providências do Príncipe Regente D. João, em 1808, foi permitir que o Brasil desenvolvesse relações comerciais directamente com os países estrangeiros. Declarou-se a liberdade de comércio - embora, de facto, privilegiasse os interesses ingleses - e os navios de países amigos podiam agora atracar em portos brasileiros. Nesse mesmo ano de 1808, D. João permite que as terras estatais então denominadas «sesmarias» pudessem ser concedidas a estrangeiros e por eles exploradas. E um pouco mais tarde, no ano de 1814, lança uma proclamação comunicando que o Brasil desejava receber imigrantes de todos os povos.

Trata-se, por um lado, de uma posição tardia se comparada com as seguidas por outros países como os EUA que muito antes, já no ano de 1776, acolhiam imigrantes de todas as origens. Por outro, constitui efectivamente uma mudança radical de postura do governo português. Assim o Brasil, abrindo os seus portos, passa a estar preparado para receber imigrantes.

Primeiros passos

A história da imigração no Brasil não se desenvolve de forma linear e deve ser objecto de uma análise faseada que tenha em conta os diversos períodos que integra. Decorrentes de ocorrências políticas de natureza interna e externa, estende-se globalmente por três etapas bem individualizadas:

- 1) a primeira, que se desenvolve de 1808 a 1850, em que a existência do regime escravocrata perturba a aceitação da entrada de emigrantes;
- 2) a segunda, de 1850 a 1888, em que as decisões que visam o fim desse regime criam novas possibilidades à imigração;
- 3) uma terceira, a partir de 1888, cuja riqueza e diversidade dos factos políticos que integra, leva a estabelecer dentro dela um conjunto de sub-fases bem diversificadas (vd. Diégues Jr., 1964: 15-28).

Na política imigratória, delinea-se um especial interesse pela vinda de colonos alemães. Essa posição foi altamente estimulada pela presença da Arquiduquesa da Áustria, Dona Leopoldina de Habsburgo, que tendo contraído matrimónio com o Príncipe D. Pedro, passa a residir no Brasil onde chega em 1817. Aí conhece o alemão major Georg Schaeffer que conseguiu captar a sua confiança e a quem abriu as portas da Corte. Em Agosto de 1822, o major Schaeffer, a quem fora atribuído o cargo de *agent d'affaires*

politiques, já se encontrava em missão oficial na Europa, agenciando a vinda de agricultores alemães para o Brasil. Assim, poderá compreender-se a forte presença da imigração alemã nos primeiros tempos desta época, tendo fundado, em 25 de Julho de 1824, a Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, considerada a primeira iniciativa deste tipo que, realmente, se revestiu de grande êxito.

Independência e Imigração: diversidade e volume dos fluxos migratórios

Na fase histórica imediatamente pós-independência, o Brasil viveu períodos de forte sentimento anti-lusitano, endossado por grupos de nacionalismo mais acentuado. Era de facto um país muito dividido nas formas de entender a sua posição perante Portugal; e, afinal, mantinha-se ainda uma relação familiar que continuava forte pelo simbolismo que encerrava – lá e cá imperava a Casa de Bragança.

As elites brasileiras também estavam divididas, seguindo diversas tendências que podem ser aglutinadas em dois grupos designados por *elite coimbrã* e *elite brasiliense*. O estudo que se debruça sobre esta questão é da autoria de Lúcia Bastos Neves, que caracterizou a elite coimbrã como “[...] aquela parte da elite brasileira ilustrada que freqüentara a Universidade de Coimbra no final do século XVIII e se formara sob a influência do projeto do Império luso-brasileiro”. (Lustosa, 2006: 142).

No âmbito interno, este grupo combateria atitudes mais radicais que pudessem provocar ou acentuar um rompimento com Portugal. Por sua vez, a *elite brasiliense* apoiava a República, embora aceitasse o Império como uma solução política transitória para o Brasil; contudo, lutava para que a monarquia brasileira tivesse uma feição republicana.

Com a separação entre Portugal e Brasil, ocorrida em 1822, os nascidos em Portugal continuaram a viver naturalmente no Brasil, deles não se exigindo a renúncia à nacionalidade portuguesa. Mas, entretanto, ocorreram modificações intrínsecas à sua nova situação: os portugueses ao se dirigirem para o Brasil passaram por uma alteração de estatuto: não vinham mais como *nacionais* circulando dentro de seu espaço pátrio, mas passaram a assumir o estatuto de visitantes estrangeiros ou, mais propriamente, de *imigrantes*. Em breve, os brasileiros passam a conhecê-los e a conviver com eles nessa qualidade. A sua imagem torna-se então distinta daquela a que o país estava acostumado anteriormente, pois nos tempos da Independência «os portugueses formavam a classe mais abastada e socialmente representativa do país.» (Lustosa, 2006: 166).

Os imigrantes portugueses que foram chegando ao Brasil depois da independência política são quase «semelhantes» aos outros estrangeiros – todos estão incluídos na categoria de imigrantes e possuem o correspondente estatuto.

Em cerca de 140 anos, de 1818 a 1959, a entrada de portugueses no Brasil representou 1.718.541 imigrantes, o que constitui cerca de 32% do total das entradas nesse período.

Naturalmente que além de portugueses, outros grupos também se dirigiram ao Brasil para aí viver como imigrantes, sendo de assinalar como muito importante a presença dos seis que passam a ser enumerados.

Em termos quantitativos, o de origem lusitana foi imediatamente seguido pelos italianos, posicionando-se em terceiro lugar os espanhóis, o que confere ao Sul da Europa uma posição destacada, quando se considera numericamente a presença de origem latina no quadro migratório em análise.

Os alemães, que foram dos primeiros a instalar-se, como já anteriormente referido, passam a aparecer em quarto lugar, embora tivessem sido o grupo com maior expressão numérica no período compreendido entre 1819 e 1850, correspondente à primeira fase.

Mais tarde, já no início de 1908, ocorreu a emigração dos japoneses, que ocupa o quinto lugar no apuramento estatístico correspondente a este período. Os russos, cuja presença começa a ser assinalada a partir de 1851, embora colocados em sexto lugar, aparecem entre os principais grupos de estrangeiros entre 1885 e 1914.

Desta forma, o leque étnico vai-se progressivamente abrindo e diversificando, não se podendo esquecer a multiplicidade de nacionalidades que foram contribuindo para a tessitura populacional deste país.

Não é possível apontar o número exacto de imigrantes que, a partir de 1818, vieram para o Brasil e aí passaram a viver definitivamente, sendo de assinalar que os dados fornecidos nas muito diversificadas obras de investigação e estudo publicados sobre a presente problemática indicam números que nem sempre coincidem. No entanto, haver a possibilidade de os ter em consideração, de poder conhecê-los e compará-los, ainda que tomadas as devidas precauções, pode constituir um importante indicador para a compreensão da história da origem nacional e social dos que se foram fixando no país, hoje tão justamente considerado como multicultural.

Em jeito de síntese e tomando em conta factos relevantes, transcrevemos informação relativa ao período compreendido entre 1819 e 1947, em que o Brasil recebeu um total de 4.903.991 imigrantes (vd. Fernando Carneiro, 1950: Anexo).

Lembre-se que até 1880, os alemães e os portugueses constituíram presenças predominantes. No decorrer dessa mesma década intensifica-se visivelmente a imigração italiana.

Tendo como referência o período situado entre 1819 e 1947, o conhecimento de alguns dados sobre imigrantes no Brasil pode ser interessante por permitir realizar, mediante o processo de comparação, uma mais clara avaliação da contribuição da imigração portuguesa. Nesse período, o país recebeu como imigrantes: 50 010 polacos; 79 509 sírios-libaneses; 94 453 austríacos; 123 724 russos; 188 622 japoneses; 253 846 alemães; 598 802 espanhóis.

Uma presença imigratória superior a 1 milhão de pessoas ocorreu somente com dois grupos – da Itália chegaram 1 513 151 imigrantes e de Portugal partiram, rumo ao Brasil, um total de 1 462 117 portugueses. A respeito desse conjunto de dados que foi apresentado, Giralda Seyferth afirma o seguinte: “Se a imigração alemã é mais antiga e marcante por ter constituído colônias homogêneas, isoladas e fortemente próximas da identidade étnica germânica, ela está longe de ser comparada, em termos numéricos, com a italiana. Só uma outra corrente imigratória europeia foi tão intensa quando a italiana: a portuguesa.” (1990: 11).

Divulgando a imagem do Brasil

Em todo o continente americano existia uma verdadeira competição na procura de imigrantes. Havia como que um desafio entre países receptores no que respeitava aos processos desenvolvidos para o seu recrutamento e muitos dos fluxos migratórios que circulavam entre diferentes espaços continentais resultavam da influência exercida pelas imagens atractivas do futuro país de acolhimento. Eram então apresentadas múltiplas vantagens, transmitindo todo um conjunto de facilidades processuais e uma variedade de formas de possível concretização de projectos individuais ou colectivos.

Muitos eram os agentes que intermediavam este processo e o respectivo posicionamento que cada um deles ocupava tanto na sociedade civil como em departamentos estatais. Muitas vezes as acções eram desenvolvidas através de companhias organizadas, de modo a despertar vontades e accionar deslocações; muitas outras, envolvendo nessa rentável tarefa a vontade individual de empregadores, de capitães de navios ou até mesmo a boa vontade de padres católicos, para quem não eram alheias as dificuldades económicas e o sofrimento dos seus paroquianos (vd. Pereira, 2002: 354-356).

“Os parochos, os regedores e outras auctoridades, mais em contacto com a população são os auctores ou cúmplices, sciente ou inscientemente, d’aquellas falsidades de documentos e consequente falsidade de passaportes e registos. Este asserto pôde provar se mil e mil vezes.” (Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, 1873: 140)

Como numa orquestração harmoniosa, já no decorrer do século XX, escritores, jornalistas, políticos e principalmente a diplomacia brasileira empenhavam-se em difundir, junto ao mundo europeu ocidental e norte-americano, uma visão favorável do Brasil. Tratava-se de uma verdadeira política de difusão da imagem que, segundo Thomas Skidmore (1976), era tão antiga quanto o reinado de D. João VI – numa referência à Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816 e que, com a obra de seus artistas, muito divulgou o Brasil na Europa.

Era importante descrever o Brasil para aqueles que não o conheciam e assim canalizar para o país correntes de imigrantes, supostamente mais aptos do que os trabalhadores nacionais, para suprir a falta de mão-de-obra, a partir do ano de 1888, com a abolição da escravatura. O Brasil precisava urgentemente de «trabalhadores livres». Precisava de imigrantes.

Alguns defendiam como desejável promover somente a imigração de brancos; outros (de forma mais discreta, e muito em particular o governo) temiam que a presença de militantes afro-americanos viesse a insuflar o ódio racial no Brasil. Mas a verdade é que todos estavam de acordo quanto aos potenciais perigos, pela fragilidade dos critérios que pretensamente asseguravam o controle que havia sobre a entrada de imigrantes, especialmente no caso de *gentes de pele negra* ou *amarela*, discriminando-os de origem africana e asiática.

Crítérios de raça como directrizes da política imigratória

No Brasil, toda literatura sobre a imigração destaca o facto de que a escolha dos trabalhadores livres necessários ao desenvolvimento do país era filtrada por critérios que poderiam justamente ser classificados como *raciais*.

O termo *raça*, no discurso dos políticos e na obra dos intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX, era utilizado com uma interpretação que traduzia a síntese entre o biológico e o cultural, sentido que ainda se alongará até aos tempos da II Guerra Mundial. Assim, a expressão *raça* “[...] foi predominantemente utilizada durante o período da imigração de massa, menos no seu sentido estritamente biológico do que como termo que identificava populações que supostamente carregavam uma unidade física e cultural.” (Maio e Santos, 1996: 62). Da parte do Brasil havia preferência por imigrantes brancos e europeus, rejeitando como imigrantes os «não brancos».

Tudo o que por último vem sendo exposto harmoniza-se com o que foi chamado «teoria do branqueamento», aceite pela maior parte da elite brasileira de 1889 a 1914, quando a eclosão da I Guerra Mundial provoca alterações nesse modo de pensar. Era um *constructo* mental característico da cultura brasileira, também partilhado pelos EUA e pela Europa, que se baseava no pressuposto da superioridade branca e da valorização da raça ariana, tendo como pano de fundo a crença na existência de raças «mais adiantadas» e «menos adiantadas». Dito de forma directa e com simplicidade, acreditava-se que tendo o Brasil populações negras, a imigração branca, através da miscigenação, faria com que ocorresse um processo de embranquecimento populacional. Essa «teoria do branqueamento» foi uma integrante ideológica da política imigratória brasileira, na qual a componente biológica do conceito de raça então vigente se apresentava muito forte, pela sua permanente presença nos critérios de selecção adoptados.

A Política de «Cotas de Entrada»

Os imigrantes «não brancos», como se sabe, não eram desejados pelo Brasil. Bem ilustrativo desta afirmação, e com o sentido acima apontado, tome-se o conteúdo de Decreto de 28 de Junho de 1890, uma legislação promulgada logo após a Proclamação da República que proibia a entrada no país de populações oriundas da Ásia e da África. E mais ainda, os agentes diplomáticos e consulares do país residentes no estrangeiro deveriam tentar, por todas as formas, impedir que essas populações se dirigissem ao

Brasil. Mas se tal viesse a ocorrer, a polícia dos portos estava mandatada no sentido de impedir o seu desembarque.

Esta legislação esteve vigente até o ano de 1907, possibilitando que logo depois, no ano de 1908, chegasse ao Brasil o primeiro contingente de japoneses integrado por quase 800 imigrantes. Em correspondência oficial, Oliveira Viana, então Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, escrevia afirmando que não considerava essa imigração desejável pois significaria uma maior mistura de raças inferiores na população brasileira. Além disso, salientava ainda haver uma «[...] diversidade da educação, costumes e sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica», expressão colocada como um divisor de águas (Leão em Dezem, 2000: 30).

No âmbito interno, apesar dos receios dirigidos ao chamado «perigo amarelo», a imigração japonesa ampliou-se e, no ano de 1934, viviam no Brasil, nomeadamente no Estado de São Paulo, cerca de 175 000 japoneses e seus descendentes.

O Presidente da República, Getúlio Vargas, promulgou a Constituição do Brasil de 1934, considerada democrática mas que teve, no entanto, uma vida breve. A sua substituição foi lentamente preparada por políticos e pelo exército e sentida na vida interna do país que, cada vez mais, restringia a liberdade do cidadão. Uma nova etapa da vida constitucional brasileira (autoritária) começa quando Vargas dá um golpe de Estado e outorga a Constituição do Brasil de 10 de Novembro de 1937, que marca vários fins trágicos na vida do país, relativamente aos partidos políticos, às liberdades individuais e à própria democracia.

Inicia-se o Estado Novo (1937-1945). Trata-se de um tempo histórico no qual o Brasil sofreu fortes influências da ordem internacional: o ressurgimento dos regimes políticos totalitários europeus de que são exemplo a Alemanha hitleriana, a Itália fascista e o Portugal salazarista.

Com o Estado Novo brasileiro ocorreram mudanças radicais na vida nacional. Entretanto, não se alterou a questão das «cotas de imigração» sendo mantidas as posições anteriores na Constituição de 1937: a cota de imigração de 2% continuava autorizada e inserida nas questões relacionadas com a Ordem Económica. De tal constituem exemplo os extractos do normativo então vigente que a seguir são enumerados:

“Artigo 151 – A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos” (Campanhole e Campanhole, 1976: 328).

A preocupação política incidia sobre a problemática imigratória e, respeitando o valor de 2% estabelecido por determinação constitucional, institui o Decreto Lei n.º 406 de 4 de Maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional:

“Artigo 14 – O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitido no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil neste caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933” (Bobbio, 1938: 164).

O dispositivo legal trata com igualdade todos os imigrantes – não há distinções ou exceções baseadas em quaisquer critérios. Mas a questão profissional era enfocada. O Capítulo III do Decreto-Lei n.º 406, entre outras determinações, estabelece, no que diz respeito à cota obrigatória, que oitenta por cento (80%) desta deveria ser preenchida por agricultores ou técnicos de indústrias rurais.

Tensões políticas e controle das minorias imigrantes

As novas posições da política imigratória brasileira, que estabeleceram um controle de entrada de imigrantes segundo a *raça*, desagradaram a muitos grupos que já estavam estabelecidos no país. Recorde-se que se vivia então um clima que previa para breve um conflito mundial e, nessa fase difícil para muitos países europeus, era muito importante poder vir a contar com «países de acolhimento». Além disso, a regulamentação constitucional, no que diz respeito às cotas (efectuada pelo Decreto-Lei n.º 406), surgira num contexto social tenso, acirrado pela política do governo de Getúlio Vargas que estava limitando, por várias formas, o agir das minorias imigrantes.

Tratava-se de determinações legislativas, de que são exemplo a proibição rigorosa e definitiva de os estrangeiros exercerem qualquer actividade política, expressas no Decreto-Lei n.º 383 de 18 de Abril de 1938 (vd. Bobbio, 1938: 119). Trata-se de posições que eram muito apoiadas pelo exército, a partir de preocupações referentes à unidade e à independência nacional. No contexto dessa política restritiva do Estado em relação às minorias imigrantes, os diversos grupos reclamaram timidamente pois o momento político-autoritário da época não permitia mais.

A diplomacia do III Reich, no entanto, reage e Karl Ritter, embaixador da Alemanha, trata pessoalmente do assunto inicialmente com Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, com o próprio Presidente Vargas. Não consegue, no entanto, ser atendido em seu pleito e o Decreto-Lei n.º 383 não foi revogado.

Paralelamente, mesmo já se apresentando o Brasil de então como um país claramente interétnico, o governo Vargas implanta uma política de nacionalização do ensino que tinha como espinha dorsal uma grande valorização do idioma português. Por outro lado, proibia rigorosamente o falar étnico – o italiano, o alemão, o japonês, o polaco – não somente em situações de vida pública mas inclusive no recesso do lar. Inicia-se assim uma fase de «assimilação forçada» (expressão usada pelas próprias autoridades) das populações imigradas, sendo que esse processo assimilatório, especialmente no que respeita à questão idiomática, ficou sob o controle das autoridades policiais e militares.

Um documento de Fritz Sudhaus, que analisa a questão do ensino em regiões receptoras de imigrantes, tem palavras categóricas dirigidas aos luso-brasileiros e, tomando a posição de realizar uma análise retrospectiva, chega a relembrar os tempos da descoberta do Brasil. São análises contundentes, que expressam o pensar de muitos imigrantes de então, que desejavam ardentemente «ser brasileiros» e, ao mesmo tempo, manter as suas raízes étnico-culturais. Segundo a sua percepção:

«(...) os luso-brasileiros detinham um poder exacerbado e achavam injusto que, pelo acaso de terem descoberto o país e vivido ali sozinhos durante 500 anos, em companhia de negros e índios, hajam conquistado o direito de impingir a sua norma de existência a todos os habitantes do Brasil. Não atribuem aos portugueses nada de especialmente distinto que os credencie a um título de proprietário político, ideológico ou mesmo cultural dominante sobre os demais grupos estrangeiros que vieram construir a sociedade brasileira.» (Sudhaus *apud* Schwartzman *et al.*, 1984: 158).

O que desejavam as lideranças imigrantes? Que em pé de igualdade com o modo de viver luso-brasileiro, o Brasil permitisse também o desenvolvimento de novas formas de viver baseadas em diversas articulações culturais, tais como a ítalo-brasileira, a teuto-brasileira e a nipo-brasileira, entre outras.

O Brasil aberto à imigração portuguesa

O contexto de conflito cultural vivido pelo Brasil foi oportunamente analisado por Gilberto Freyre numa conferência proferida no Gabinete Português de Leitura, na cidade de Recife (Pernambuco), na tarde de 2 de Junho de 1940. Posteriormente, acrescida de adendas, foi publicada sob o título, “*Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*”.

A partir desse momento, as análises passam a focar a cultura dos imigrantes estrangeiros no Brasil, especialmente a de origem alemã, detendo-se em associações e eventos que procuravam afirmar a germanidade o que, segundo Freyre, tinha relações com o nazismo que então dominava a Alemanha. O título – *Uma cultura ameaçada* – tem muito a ver com essa situação protótipo: num país pluri-étnico, a presença cultural dos estrangeiros imigrados poderia constituir uma ameaça para a cultura de raízes lusas, que antes tinha existido de forma dominante.

Gilberto Freyre considera os portugueses como um povo único quanto à capacidade de se perpetuar em outros povos, sua forma de enaltecer a miscigenação. Afirma ainda, que o segredo da presença portuguesa continuar tão marcante no Brasil, um país com dimensão continental, se deve ao facto de a cultura portuguesa saber conviver com as diversidades.

Na segunda metade da década de 1930, já se podia perceber claramente que a posição oficial brasileira se colocava a favor de uma definição de «nação» como inserida no mundo lusitano. Algum tempo depois, o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) debruçou-se sobre a questão das «cotas de imigração», como instrumento que exer-

cia rígido controlo de entrada de estrangeiros, tomando posições que favoreceriam a imigração portuguesa.

Assim sendo, em 22 de Abril de 1939, a imigração portuguesa é excluída do «regime de cotas» – não há mais limites para o número de portugueses que desejarem fixar-se no país. O assunto causa natural júbilo na colónia portuguesa, cria aproximação entre os dois governos – o presidente da república portuguesa, marechal Óscar Carmona, convida oficialmente Getúlio Vargas para visitar Portugal; a guerra impede que a visita se concretize. Mas a guerra aproxima ainda mais os dois povos, à medida que os grupos imigrantes formados por italianos, alemães e japoneses (as correntes migratórias mais fortes do Brasil, à excepção dos portugueses) passam a ser vistos sob a óptica da segurança nacional. Enfim, a exclusão dos portugueses do «regime de cotas» aproxima, mais ainda, dois regimes políticos, o de Salazar e o de Vargas.

O que se deseja salientar é que a postura de favorecimento à imigração lusa concretizada a partir de 1940 deve ser analisada como um indicador de adesão do Brasil a um modelo de nação que favorecia as raízes lusitanas. Nesse contexto analítico, pode melhor entender-se que Simon Schwartzman, ao descrever as conquistas que os luso-brasileiros tiveram a partir da Constituição de 1934 (ampliadas na Constituição de 1937), tenha dito que assim se oficializou a «brasilidade concebida no sentido lusitano» (1984: 159). O conceito de *brasilidade* expressava então uma concepção de nação que em sua essência aglutinava ideologicamente a contribuição dos portugueses, dos povos indígenas e das populações africanas que demandaram ao Brasil – era a ideologia das «três raças» - mas sob a liderança da cultura lusa.

Nota Final

No século XIX, a crise que se instalara em muitos dos países do continente europeu conduziu os a procurar fora deles, a solução para os problemas sociais e económicos existentes. O «novo mundo» constituiu assim, o quadro geográfico encontrado como solução e, para ele, deslocaram-se muitos dos que não conseguiam encontrar na sua pátria formas de poder sobreviver, melhorar as condições de vida ou realizar as suas ambições. Os fluxos migratórios de determinadas origens encaminharam-se para determinados destinos, estabelecendo assim concentrações sociais, cuja variedade étnica veio a ser capaz de poder fazer perdurar formas de viver com individualidade colectiva, que marcaram o carácter multicultural das sociedades transatlânticas emergentes.

É neste quadro temporal que Portugal e o Brasil, que já se encontravam ligados por laços históricos e políticos desde o séc. XVI, vieram a estabelecer uma forte corrente migratória que deu continuidade a formas diversas de relacionamento social. O primeiro, como «fornecedor» de uma mão-de-obra excedentária; o segundo, como «receptor» dos trabalhadores estrangeiros indispensáveis ao seu crescimento, ao seu desenvolvimento económico e à afirmação internacional desejada.

A todos os movimentos migratórios subjaz a articulação de um conjunto de interesses do país de emigração e do país de imigração, enquadrados por molduras jurídicas próprias, cujos regulamentos são facilitadores ou repressores da mobilidade social existente. Não obstante a vontade dos «actores» migrantes que por eles são condicionados ou que conseguem formas de ultrapassar os normativos vigentes, a estrutura de cada um dos países envolvidos e a conjuntura política que os caracteriza sobrepõem-se às vontades individuais, ultrapassando-as em muitos casos.

Portugal preocupava-se seriamente com a «saída de gentes» e discutindo uma problemática de grandes dimensões com impacto no seu quotidiano, procurava não só conhecê-la como gizar soluções que pudessem vir a solucionar a situação em que se encontrava.

Lembre-se, por exemplo, a encomenda da realização de um Inquérito à Câmara dos Senhores Deputados, cujas respostas foram essencialmente dadas pelas autoridades diplomáticas residentes no estrangeiro e cujos resultados foram publicados em 1873 num muito interessante Relatório; e de um outro, realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa sobre o mesmo assunto. Através dos dados obtidos nestes e noutros estudos ressalta a importância do Brasil e da dimensão que nele assume o fenómeno migratório português. Teses de Doutoramento, estudos de universitários, de políticos e recorrência dos artigos de jornalistas ilustram da importância desta temática, que incide sobre os que a esse país se dirigiam. Neles são invocados o volume, as condições em que eram realizadas as viagens, as inesperadas dificuldades encontradas à chegada, as más condições de instalação mas também, os sucessos obtidos, o poder dos movimentos associativos que congregavam convívios e associavam vontades, as obras benemerentes, as transferências bancárias, os investimentos feitos e dídivas proporcionadas ao país de origem e todo o desenvolvimento que por eles foi realizado a nível nacional e local.

Sem a emigração para o Brasil e toda a movimentação económica por ela proporcionada, Portugal nunca poderia ter ultrapassado os tempos difíceis que viveu ao longo do século XIX e do século XX.

De entre os milhares de emigrantes que se dirigiram ao Brasil, o grande volume de portugueses que o procuraram teve uma aceitação muito especial. Facto que é expresso pelo conteúdo das leis reguladoras do fenómeno migratório e pelo comportamento político dos governantes daquele país. Embora esta proeminência pudesse ter sido contestada num espaço social marcadamente diversificado, em que se confrontavam interesses culturais de diversa natureza, a sua presença foi capaz de dar continuidade a uma herança histórica e de construir novas formas de viver o quotidiano dando espaço à cultura luso-brasileira.

Em síntese, o Brasil constituiu o principal destino dos portugueses, que o procuraram por várias razões ao longo de séculos e a aceitação que tiveram marcou a preferência política que lhes foi por ele proporcionada. A história partilhada por estes dois países deu-lhes oportunidade de vir a estabelecer uma ligação privilegiada, da qual decorreram sólidas relações sociais, manifestadas através de marcas culturais colectivas,

que publicitam a reciprocidade de preferências que entre ambos veio a estabelecer-se.

A imigração portuguesa foi vista por Gilberto Freyre (1940) como a única conveniente ao Brasil, não se colocando, de forma alguma, a ideia de que outros grupos teriam qualquer «direito de imigrar para o Brasil». Sente-se nos seus escritos, como por exemplo o livro: *O mundo que o português criou*, os sentimentos que o apaixonado autor nutria por Portugal e pelos portugueses.

Ao posicionar-se decididamente a favor da imigração portuguesa por ser harmônica com o lastro cultural do país receptor, Freyre resgatava a história colonial visando “[...] a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para a reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa da América, para a reabilitação da cultura luso-brasileira ameaçada hoje [...]” (Freyre, 1942: 16).

Ao dizer «hoje», o autor refere-se à década de 1940, época da II Guerra Mundial, tempos de solidificação da nacionalidade, quando ocorria no Brasil uma verdadeira “guerra” entre as culturas dos grupos estrangeiros que haviam demandado o país. As culturas imigrantes de *origens não lusas* aspirando conservar as suas raízes e manter fortes as relações com os países de origem; e os imigrantes portugueses, expressão da *cultura lusa*, considerados presenças fundamentais no Brasil no sentido cultural de que Gilberto Freyre foi o grande paladino da difusão dessa forma de pensar.

Referências Bibliográficas

- Belluzzo, A. M. M. (1994), *O Brasil dos Viajantes; vol I-Imaginário do Novo Mundo; vol II-Um Lugar no Universo; vol III-A Construção da Paisagem*, São Paulo: Metalinguagem; Salvador BA: Fundação Emílio Odebrecht.
- Bobbio, P. V. (org.) (1938), *Lex: coletânea de legislação*, São Paulo: Lex Ed.
- BRASIL (1939), Conselho de Imigração e Colonização (CIC), Resolução de 22 de Abril de 1939.
- BRASIL (1986), *A Constituição de 1934*, Brasília: Programa Nacional de Desburocratização; Fundação Projeto Rondon. (As constituições no Brasil, v.3)
- Campanhole, A.; Campanhole, H. L. (org.) (1976), *Todas as Constituições do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- Carinhas, T. (1929), *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Lisboa: Teófilo Carinhas.
- Carneiro, J. F. (1950), *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia – Cadeira de Geografia do Brasil. (Publicação avulsa, n.º 2).
- Comissão dos Senhores Deputados (1873), *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, A. (1911), *Estudos de Economia Nacional I – O Problema da Emigração*, Lisboa: Imprensa Nacional.

- Diégues Júnior, M. (1964), *Imigração, Urbanização e Industrialização (estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante do Brasil)*, Vols 1 e 2, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação e Cultura.
- Dezem, R. (2000), *Inventário DEOPS: módulo III, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão*, São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.
- Freyre, G.(1940), *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Freyre, G. (1942), *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, 2.^a ed. Rio de Janeiro: C.E.B.
- Godinho, V. M. (1975), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa: Arcádia.
- Lemos, J. S. (1996), *Os mercenários do imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Lustosa, I. (2006), *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Maio, M. C.e Santos, R. V. (org.)(1996), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB.
- Martins, J. P. O. (1978) [1880], *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 7^a edição, Lisboa: Guimarães Editora.
- Martins, J.P.O. (1956) [1887], *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães Editora.
- Morais, F. (2000), *Corações sujos: a história da Shindo Renmei*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Pereira, M.H. (2002), *A Política Portuguesa de Emigração*, Bauru – SP: EDUSC.
- Rocha-Trindade, M.B. (1990), *Portuguese Migration to Brazil in the Nineteenth and Twentieth Centuries: An International Cultural Exchange in Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto: The Multicultural History Society of Ontario, pp.29-40.
- Rocha-Trindade, M.B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M.B. e CAEIRO, D. (2000), *Portugal-Brasil: Migrações e Migrantes 1850 -1930*, Lisboa: Edições INAPA.
- Rocha-Trindade, M.B. (2002), «Perspectivas Actuais das Migrações em Portugal» in *Movilidad Interna y Migraciones Intraeuropeas en la Península Ibérica*, Actas del Colóquio Europeu, 8-9 noviembre de 2001, Cátedra UNESCO 226 sobre Migracións, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela publicacions.
- Seitenfus, R.A.S. (1985), *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*, São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- Seyferth, G. (1990), *Imigração e cultura no Brasil*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Silva, F.E (1917), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: ed. Autor.
- Simões, N. (1934), *O Brasil e a emigração portuguesa*, Coimbra: Imprensa da Universidade,

- Skidmore, T. E (1976), *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Süssekind, F. (1990), *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartzman, S.; Bomeny, H.M.B; Costa, V.M.R. (1984), *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.